

A AURORA DE UM PODER INDUSTRIAL: NOTAS SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA DOS EUA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO XX*

*Vagner Luís da Silva***

Resumo. A transição dos EUA à condição de potência global frequentemente nos conduz a atenção para o papel do país no cenário econômico que se desenrola após as duas guerras mundiais do século XX; porém o crescimento da economia norte-americana, em muito sentidos, é devedor de uma fase pretérita, momento que pode ser encarado como inaugural da projeção do país nos destinos econômicos das demais nações do mundo. Este artigo procura chamar a atenção para este instante: as décadas finais do século XIX e o início do XX, ocasião em que o avanço industrial norte-americano alcançou o poder europeu, sinalizando para novas relações comerciais e diplomáticas.

Palavras-chave: História norte-americana; industrialização; desenvolvimento econômico.

THE DAWN OF AN INDUSTRIAL POWER: NOTES ON THE ECONOMIC HISTORY OF THE UNITED STATES IN THE TRANSITION FROM THE 19TH TO THE 20TH CENTURY

Abstract. The condition of the US as a global power is usually attributed to economic developments occurring after the two World Wars of the twentieth century. However, the growth of the American economy can be more accurately traced to the nineteenth century, from which it arose as an influence on the economic and political destiny of other nations in the twentieth century. This article seeks to call attention to the impressive growth of the American economy in the final decades of the nineteenth century and the beginning of the twentieth. In this period, North American industrial advance surpassed that of the European nations and signaled the advent of a new phase of international commercial and diplomatic relations.

Keywords: American history, industrialization, economic development.

* Artigo recebido em 6/12/2007 e aprovado em 1/5/2008.

** Graduado em História (UNESP), Mestre em Ciências Sociais (UFSCar) e Doutor em Sociologia (USP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - São Paulo.

AURORA DE UN PODER INDUSTRIAL: NOTAS SOBRE LA HISTORIA ECONÓMICA DE LOS EUA ENTRE FINES DEL SIGLO XIX Y COMIENZOS DEL XX

Resumen. Frecuentemente, la transición de los EUA a la condición de potencia global llama la atención por su rol en el escenario económico que se desarrolla después de las dos guerras mundiales del siglo XX. Pero, en muchos sentidos, el crecimiento de la economía norteamericana es deudor de una etapa pretérita, momento que puede ser visto como inaugural de la proyección del país en los destinos económicos de las demás naciones del mundo. Este artículo pretende enfocarse en este instante: las décadas finales del siglo XIX e inicios del XX, período en el que el avance industrial norteamericano alcanzó al poder europeo buscando nuevas relaciones comerciales y diplomáticas.

Palabras-clave: historia norteamericana, industrialización, desarrollo económico

A crise dos discursos de esquerda e os esforços que procuram sublinhar o vigor do pensamento único, alusão aos tempos recentes em que se esparrama pelos cantos do planeta o discurso ultraliberal, em muito têm contribuído para enfatizar a hegemonia dos Estados Unidos (doravante EUA) no contexto geopolítico internacional. Do ponto de vista histórico, este quadro alimenta-se de uma concepção que valida a pujança econômica norte-americana como um produto exclusivo ou quase exclusivo dos contextos de pós-guerra vividos no século XX, particularmente no que diz respeito aos desdobramentos da 1ª e 2ª guerras mundiais.

Não sem alguma frequência, encontramos na mídia impressa de grande circulação e mesmo nos textos acadêmicos uma visão incompleta da dinâmica econômica do país. Visão responsável por ressaltar a centralidade dos principais eventos bélicos do século como elementos-chaves pelo patamar produtivo alcançado pelos norte-americanos. É claro que não discordamos do peso dos conflitos mundiais no arranjo econômico que estabeleceu novas posições estratégicas para as principais potências do mundo, mas acreditamos que apoiar-se somente nessa concepção obscurece um aspecto importante da história econômica dos EUA, comprometendo, em parte, o entendimento de um período caracterizado pela transição de um país ainda permeado pelas virtudes de um protestantismo de empreendimento pessoal para uma nação de monopólios econômicos de alcance global.

Nossa pequena sugestão é que a discussão da dinâmica econômica norte-americana, no período compreendido pelas últimas décadas do século XIX e princípios do XX, deve ser encarada como fundamental para que possamos alcançar adequadamente o papel do poder industrial do país nas relações comerciais ou políticas das fases posteriores. Assim, a proposta que orienta este artigo é a de rastrear sumariamente as condições mais gerais que possibilitaram um novo estágio do desenvolvimento dos EUA, partindo da perspectiva econômica, mas compensando, quanto possível, temas do universo social daquele contexto.

De início, lancemos um breve olhar para a segunda metade do século XIX, momento em que o volume das mudanças promovidas pela industrialização e pelos motins sociais, ou realizadas no universo da cultura, com o amadurecimento da ideia de modernidade, ou no universo da política, devidamente permeadas pelas ideologias de ocasião, ressoou em escalas variadas em muitos dos países ocidentais. Na história norte-americana o período coincidiu com o crescimento econômico e a formação dos grandes negócios, a intensa imigração, a reconstrução nacional após a Guerra de Secessão (1861-1865), a integração política dos aristocratas do Sul do país, os problemas da integração dos trabalhadores negros da mesma região e o nascimento da sociedade de consumo.

É esse inquieto cenário que toda uma geração testemunhou, assistindo aos eventos significativos que fizeram a transição de um país ainda permeado pelas virtudes do idealismo republicano para uma nação visivelmente preocupada com o desenvolvimento industrial, com a integração e unidade política, com a consolidação territorial e com a política externa. Essa geração, que conheceu mudanças absolutamente significativas e revolucionárias, capazes de transformar a “república rural de Lincoln e Lee no império industrial urbano de McKinley e Roosevelt” (NEVINS & COMMAGER, 1996, p. 239), testemunhou um cenário permeado de “tantas esperanças no futuro”, cujo eixo não deixava de passar por certo “liberalismo teológico otimista”, fundado no protestantismo remanescente da fase colonial, que inundava a sociedade norte-americana como um todo e, de modo particular, a classe média urbana (GRIFFEN, 1985, p. 201).

A história dos EUA apresenta saltos inusitados quando vista sob a ótica da economia, mas também evidencia contrastes não desprezíveis sob a perspectiva da organização social ou da vida política. No primeiro caso, trata-se de um crescimento econômico que leva o país a rivalizar em

posição vantajosa com a Europa. No segundo, vemos uma nação que cresce sob o impacto da imigração, resultando em maior distribuição de terras, mas também em pobreza e instabilidade nos centros urbanos.

Tomado em sua totalidade, o século XIX norte-americano representa, em termos territoriais, um acréscimo gigantesco para o país. Afinal, a nação saiu de um domínio consolidado na Costa Leste e no Meio-Leste para uma sucessão de incorporações ao seu patrimônio — incorporações motivadas ora pela guerra, ora pela diplomacia ou pela compra de terras de outros países. Se considerarmos a formação continental norte-americana, o fim da fronteira é aceito somente no decênio final daquele século. É o instante derradeiro da consolidação nacional, com a dispersão e a fixação de colonos pela Costa Oeste. Não obstante, se quisermos concordar com a engenhosa avaliação de Rémond, devemos aceitar que, no referido período, a fronteira final encontra-se muito mais na produção do que na expansão geográfica: “a fronteira nada mais fez do que se transferir da agricultura para a indústria, da ocupação do solo para a transformação de produtos e a organização do crédito” (1989, p. 75).

Cumprido considerar que, se a multiplicação dos negócios industriais e o crescimento generalizado da economia norte-americana se deram na segunda metade do século XIX, isso não significa necessariamente que esses processos sejam frutos exclusivos do final da Guerra de Secessão e da vitória do Norte empreendedor. Na verdade, se tal evento contribuiu para a propagação de investimentos por todo o território nacional, agora com um Estado capaz de organizar os esforços econômicos com maior concordância dos membros do regime federativo, o final da guerra não representou necessariamente um divisor de águas ou uma guinada decisiva no destino econômico do país.

Contrariamente às ideias que seguem esse rumo, Sellers, May & Mc'Millen referem-se às pesquisas recentes que demonstram que as décadas de 1840 e 1850 já conheciam uma fase de abundância e de acumulação expressivas¹. Nesse sentido, os autores destacam ainda o fato de que os programas econômicos, decididos na esfera do Estado em prol

¹ Atualmente o debate historiográfico tem sido conduzido em torno da ideia de “Revolução do Mercado”, tratando de apresentar as condições gerais para o desenvolvimento econômico do país no período precedente à Guerra de Secessão, notadamente no que diz respeito à formação de um sistema financeiro e ao delineamento de um novo modelo fabril no Nordeste do EUA. O trabalho de Charles Sellers é a referência para tal contexto (1994).

da reconstrução nacional, não foram pontos de concordância nem mesmo entre os homens de negócios daquele contexto: “O triunfo da indústria não foi uma captura planejada e maravilhosamente executada do governo por indivíduos poderosos que gozavam de sua intimidade” (1990, p. 215).

Killick também anula as teses que aludem à guerra civil como componente intrínseco da industrialização norte-americana. O autor explica que, se houve um crescimento acentuado no pós-guerra, ele se deu em virtude da asfixia produtiva nos anos de conflito; temos, assim, apenas uma “compensação temporal (...) do ciclo econômico”, argumenta (1996, p. 152). Desse modo, o pendor aristocrático sulista, defensor da vocação agrária e do trabalho escravo, representava uma barreira mais no universo da política do que da economia, pois “a aceleração industrial fundamental havia se produzido muito antes de 1860”, conforme Killick, “criando uma classe empresarial para a qual os plantadores do Sul não constituíam um obstáculo maior” (1996, p. 152).

Não obstante, mesmo aceitando-se que a aceleração industrial esteve presente nas décadas anteriores à guerra, a mobilização para a reconstrução nacional e a retomada da produção — “compensação temporal do ciclo econômico” — consolidaram um esforço conjunto para que as taxas de crescimento se mantivessem em níveis sempre elevados. O ápice desse processo dá-se por volta de 1870, momento em que os EUA abandonam definitivamente a condição de país importador para se posicionar como uma nação exportadora de produtos industriais. Se analisarmos os dados do comércio exterior para o período, notamos o singular crescimento das exportações a partir de meados de 1870. Antes de 1876, o déficit no comércio norte-americano contribuía para um crescimento menos homogêneo da economia nacional, não sem alguma influência do discurso que valorizava a produção agrária, disseminado em parte substancial dos estados do Sul, do Meio-Oeste ou do Oeste². Após essa década, os saldos positivos da balança comercial foram alavancados, sobretudo, pelas exportações de semimanufaturados e manufaturados, capitaneados pelo desenvolvimento da metalurgia no país, tendência que se ampliou consideravelmente no raiar do século XX. O grosso das exportações concentrou-se, sobretudo, em maquinarias elétricas, tecidos, implementos agrícolas, chapas de ferro e aço, produtos alimentícios

² Segundo Robertson, o ano de 1872 chegou a apresentar um déficit na balança comercial de significativos 182 milhões de dólares, contornado por um saldo positivo espetacular já em 1900, com cifras superiores a 500 milhões de dólares (1967, p. 443).

processados, cobre refinado, com alguma participação de matérias-primas como petróleo e carvão (ROBERTSON, 1967, p. 443-45).

Não se pode desconsiderar que muito desse crescimento industrial esteve aliado às táticas protecionistas praticadas costumeiramente pelo governo norte-americano após a Guerra de Secessão. Se em 1861 a média das taxas alfandegárias ficava na casa dos 20%, Robertson avalia que na última década daquele século ela chegava aos 50%: “Erigindo muralhas tarifárias” o governo esteve sempre à frente no “estabelecimento de uma política de controle de comércio com outros países em nome dos interesses nacionais” (1967, p. 449-450).

Pondere-se, todavia, que a industrialização intensa que mobilizou a economia dos EUA até os anos 1920 não foi exclusiva do país. Examinando a fase que se inaugura na segunda metade do século XIX, é fácil constatar as inúmeras ocorrências positivas na economia europeia, por exemplo. Frequentemente lembrado como Segunda Revolução Industrial, tal momento histórico acusa um montante de inovações tecnológicas significativas, bem como a ampliação sem precedentes do parque produtivo no continente. Hobsbawm, em sua já clássica análise do período, enumera pelo menos sete pontos decisivos para a definição da “Era dos Impérios”, nome consagrado pelo próprio autor. Em primeiro lugar, alude à expansão geográfica da industrialização, a qual, restrita anteriormente à Europa Ocidental, passou a contaminar outros pontos do continente europeu, a Rússia, a América do Norte, notadamente os EUA, e, em menor escala, o Japão. Em segundo, conseqüentemente, a economia mundial torna-se mais diversificada. O terceiro ponto refere-se à inovação tecnológica, que alcança um sem-número de áreas: transporte, comunicação, alimentos, o ambiente doméstico, entre outros. O quarto aspecto volta-se para as mudanças na concentração de capital e no universo da produção, com oligopólios, monopólios e as vantagens do capital financeiro por um lado e, por outro, com novas técnicas produtivas e a chamada administração científica. Em quinto, destacam-se a produção e o consumo em massa. O sexto aspecto aponta para o crescimento do setor terciário, liderado pelos escritórios e pelo comércio. A crescente interação entre economia e interesses políticos seria, enfim, o último ponto desse processo geral de industrialização (HOBSBAWM, 1988, p. 79-84).

A despeito, porém, do potencial industrial que se esparramava por alguns países, os EUA lograram um lugar de destaque no cenário econômico mundial. Considerando-se o ano de 1860, a participação

norte-americana no total da produção industrial do globo chegava a 16%; às vésperas da Primeira Guerra Mundial essa participação já era de 35,8% (KILLICK, 1996, p. 112-13). Os percentuais aproximados eram inferiores aos da Grã-Bretanha e idênticos aos da França, em 1860, mas a rapidez do crescimento industrial norte-americano pode ser sentida nos dados de 1913. Para esse ano, o total do volume industrial da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha equivaliam juntos a 36,1%, pouco acima, portanto, dos 35,8% dos EUA (idem, 1996, p. 113).

Num prazo pouco maior que meio século os norte-americanos saíram da condição de coadjuvantes de uma economia internacional que rapidamente se modificava para alcançar o seu lugar no centro do palco da produção mundial, o que resultou num redimensionamento de seu papel geopolítico no globo. Como bem sabemos, após a Primeira Guerra e na década seguinte os dados consagraram o potencial produtivo do país, pelo menos até o tropeço da crise de 1929.

Em meio ao crescimento de muitos conglomerados industriais ou financeiros, consubstanciou-se a figura do empreendedor norte-americano, o indivíduo capaz de superar circunstâncias adversas para desenvolver a grande empresa. Para além do contexto geral, que admitia a aventura empresarial com doses reduzidas de incerteza, haja vista o crescimento econômico generalizado, o fato é que o período foi marcado pelo chamado *big business* e seus respectivos heróis do empreendimento — Rockefeller, Morgan, Carnegie, Vanderbilt, Ford, Fisk, entre outros. Esses personagens, se são socialmente celebrados pelo perfil arrojado e por certa publicidade pessoal, também não pouparam meios para aumentar suas conquistas patrimoniais do modo mais eficaz possível e acabaram responsáveis pela ambientação de empreendimentos que não caminharam necessariamente a par da competição honesta.

Outro dado importante a se considerar é que, apesar da relativa dispersão dos empresários e da industrialização pela Costa Leste e alguns pontos do Meio-Leste, muito desse processo concentrou-se no Nordeste do país. É essa região que, por conta da singularidade de seu dinamismo social desde a colonização, conseguiu dilatar o parque produtivo tanto numérica como qualitativamente. Tal desenvolvimento aliou-se, de modo estreito, ao crescimento urbano que vinha se processando por todo aquele território desde o período colonial (KILLICK, 1996, p. 117).

Não se desconsidere, nesse episódio, que o arsenal de investimentos dos novos financistas acumulava-se mais nesta região do

que em qualquer outra parte dos limites nacionais. Dali se podiam controlar os negócios de aço e carvão para a espetacular expansão da malha ferroviária nos demais estados, como também forjar as negociatas, transferindo o controle de poços de petróleo para novos empresários, ou ainda manipular as sutis regras do jogo financeiro em proveito próprio. De modo geral, o crescimento econômico dos EUA também parecia atraente aos olhos dos investidores europeus. Além dos investidores norte-americanos, no começo do século XX, as companhias ferroviárias do país tinham pelo menos um terço de suas ações sob domínio de financistas daquele continente, principalmente britânicos (SELLERS, MAY & MC'MILLEN, 1990, p. 217).

Muito do capital financeiro dos EUA estava solidamente ancorado em iniciativas bancárias do Nordeste, tornando-se paulatinamente força motriz do desenvolvimento de negócios ferroviários, de exploração mineral ou de implantação ou renovação do parque industrial nas demais regiões. Todavia, em vista da pecuária e da agricultura extensiva no Oeste e no Meio-Oeste, o crescimento da nação não foi homogêneo, a despeito do vigor dos investimentos oriundos do Nordeste.

Nas porções do Meio-Oeste e do Oeste, a exploração mineral, capitaneada principalmente pelo petróleo ou pelo ouro, a prata ou o cobre, respondeu pelos números positivos daquele grande território (NEVINS & COMMAGER, 1996, p. 259). Após a Guerra de Secessão, grandes fortunas fizeram-se nesse setor, que serviu ainda para atrair contingentes significativos de trabalhadores para regiões com baixo índice de povoamento.

A complexidade do crescimento econômico dos EUA não se resolve, porém, apenas sob a ótica do investimento ou do potencial urbano de uma nação de imigrantes. Para Robertson, numa análise enviesada pela economia, foi a popularização de novos padrões de consumo oriundos da produção em massa que, aliada aos novos métodos de administrar, ressaltam o industrialismo norte-americano daquela fase. Segundo esse autor, de 1900 em diante a produção em massa chegou a ser uma “expressão quase mágica”, capaz de abarcar, em sua generalidade, “todas as características da moderna indústria americana”, do mesmo modo que a administração científica implicava no emprego de processos específicos responsáveis por uma “exatidão de experiência de laboratório” (1967, p. 419).

O homem comum sentiu o impacto da transformação industrial, seja pelas possibilidades de consumo seja pelo trabalho em processos massificados, para os quais o fordismo e o taylorismo constituíam inequívocas fontes de inspiração. Particularmente nesse caso, os EUA foram pródigos em seduzir os trabalhadores para as qualidades do mercado, pois eles tanto produziram em massa como procuraram consumir na mesma proporção. Este comportamento não deixava de se referenciar, na esfera do mercado e das políticas públicas, pela tradição liberal. No limite, talvez fosse a clássica solução de Jean-Baptiste Say, baseada na premissa de que toda oferta gera a sua procura, a influência mais disseminada na atmosfera norte-americana do período³.

Tal panorama histórico, aqui apenas parcialmente esboçado, não se reduz meramente à industrialização, pois o intenso processo de imigração também contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do país. Aliás, não por outra razão os EUA proclamavam-se como a pátria mãe da liberdade e da tolerância. Não obstante, para além das mitificações frequentes na história, o fato é que o país, em fins do século XIX, em virtude da diversidade cultural dos recém-chegados, já havia perdido, em algum grau, os traços mais ou menos homogêneos da orientação protestante e das tradições anglo-saxãs herdadas da colonização.

Numa perspectiva mais abrangente, não obstante, lembramos que a imigração no século XIX intensificou-se em várias porções do planeta. A América do Sul, assim como a Europa Ocidental, não deixou de receber contingentes de novos trabalhadores. Os mundos eslavo e nórdico, a Irlanda, a Itália e a China foram os fornecedores mais obstinados do período. Considerando esta fase, Hobsbawm alude à “maior migração dos povos da História” (1982, p. 207). Muito dela deveu-se à instabilidade econômica nos países de origem, sendo o caso irlandês o mais notório. A queda no custo das viagens também contribuiu para as locomoções em massa (BURCHELL, 1996, p. 168). Ademais, as razões desse movimento populacional não se resumiram ao campo econômico, sendo fatores religiosos ou políticos frequentemente considerados para o entendimento do fenômeno.

Nos EUA, entretanto, a imigração alcançou um nível tão notável que chegou a redefinir certos padrões culturais nos ambientes urbanos,

³ Galbraith admite que a chamada Lei de Say “sobreviveu triunfante até a Grande Depressão” (1989, p. 69).

que, por sua vez, cresciam proporcionalmente. O inabalável parque industrial que o país edificava, na segunda metade do XIX, foi uma motivação razoável para os forasteiros que alimentavam sonhos de prosperidade. Burchell sugere que a “mão-de-obra escassa e (...) os salários elevados” tornaram o país um lugar atraente em condições de seduzir contingentes sempre crescentes da população europeia, cujos ganhos eram substancialmente menores do que nos EUA (1996, p. 167).

A população norte-americana saltou de 40 milhões em 1870 para 76 milhões em 1900 e 98 milhões no ano de 1913 (SELLERS, MAY & MC’MILLEN, 1990, 217; KILLICK, 1996, p. 137). O aumento demográfico não resultou de crescentes taxas de natalidade e decrescentes taxas de mortalidade. As condições sanitárias, a medicina e a urbanização provocaram, de fato, queda na mortalidade, mas, como observou Killick, as taxas de natalidade entre os norte-americanos estavam declinando por todo o século XIX, logo “o crescimento efetivo da população foi superior ao crescimento vegetativo” somente como “consequência da imigração” (1996, 138). O autor também demonstrou a relação estreita entre aumento populacional e industrialização. Afinal, tratava-se da renovação do mercado, com novos salários e aumento da demanda — o que explica o acréscimo nos percentuais do trabalho industrial e no de construção: de 18% em 1860 para 27% em 1900 (*idem*, 1996, p. 143).

Em números absolutos, a quantidade de imigrantes que aportaram nos EUA ultrapassou a casa dos 20 milhões no período 1870/1910 (NEVINS & COMMAGER, 1996, p. 281; SELLERS, MAY & MC’MILLEN, 1990, 217). Burchell definiu três momentos distintos na imigração para os EUA: o primeiro vai de 1820 até 1896, o segundo cobre os anos de 1896 a 1921 e o terceiro vai de 1921 em diante (1996, p. 170). Os estrangeiros do primeiro grande ciclo do século XIX, oriundos em sua maioria da Europa Setentrional e Ocidental, associavam-se como os “velhos imigrantes”, em oposição aos do segundo ciclo, originários sobretudo da Europa Meridional e Oriental, tratados como “novos imigrantes”, alusão pejorativa de “qualidade inferior” (*idem*, 1996, p. 170-71). O terceiro ciclo é mais plural na sua composição, contando ainda com o impacto da imigração latino-americana.

Os conflitos sociais envolvendo os norte-americanos nativos, ou mesmo os “velhos imigrantes”, ante as novas levas de população que insistiam em “fazer a América” não tardaram a aparecer. Em fins do XIX, os anglo-saxões, que em grande medida representavam o trabalho organizado, desconfiavam dos “camponeses maltrapilhos e

aparentemente ignorantes” que afluíam em massa para o país, “trabalhadores (...) baratos e dóceis” que ameaçavam as condições de vida dos primeiros (SELLERS, MAY & MC’MILLEN, 1990, p. 217).

Nesse contexto, destacamos a importância da migração eslava e escandinava rumo aos EUA, que para os séculos XIX e XX acusou um montante superior a 2,5 milhões de pessoas (BURCHELL, 1996, p. 173). Majoritariamente, essa população optou por se fixar nas porções central e setentrional do país, sendo que metade deles escolhia o ambiente rural para viver (1996, p. 181-82). No final do século XIX, entretanto, o interesse dos recém-chegados foi nitidamente maior nas áreas urbanas do que no campo, já que as possibilidades de sucesso e enriquecimento na agricultura caíam em razão da elevação do custo dos equipamentos e do desafio da produção agrária. Considerando-se a década de 1880 em diante, nos EUA, “migração e urbanização andavam juntas”, apontando para um universo urbano que já competia com o da Inglaterra (HOBBSBWM, 1982, p. 209).

De modo particular, a Noruega, segundo Hobsbawm, constituiu-se num dos países que mais exportaram trabalhadores: “enviou dois terços de seu aumento populacional para os EUA, superados apenas pelos desafortunados irlandeses” (1982, p. 209). Em sua generalidade, noruegueses, chineses e em menor proporção os russos, constituíam comunidades relativamente fechadas — em parte porque evitavam choques com os locais, dadas as peculiaridades culturais das quais eram oriundos. Frequentemente os casamentos aconteciam dentro dos próprios grupos, estreitando os laços de segurança e unidade social. Burchell aponta que a “endogamia entre os membros dos grupos protestantes” tornou-se mais característica, sendo fator persistente mesmo nos princípios do século XX, atingindo “em particular (...) alemães, noruegueses e suecos” (1996, p. 205).

A colossal imigração desaguou num intenso processo de urbanização, com a óbvia concentração da mão-de-obra nas áreas industriais. Nos idos de 1870, por exemplo, o crescimento urbano chegou a arranhar a marca de 60%, apresentando, nas décadas seguintes, percentuais menores, mas não necessariamente desprezíveis (DEGLER, 1970, p. 304-06). Porções expressivas dessa massa humana, que se seduzia pelo trabalho ou pelo universo cultural das cidades, não tiveram a curto ou médio prazo uma acolhida proporcional aos seus desejos de melhoria de vida. A precariedade não tardou a repetir, nos EUA, o que a Inglaterra vivera em sua áurea fase da Revolução Industrial: a ampliação

do trabalho feminino e infantil com vistas à ampliação do rendimento familiar. Segundo dados de 1900, havia no mínimo 1.700.000 menores de quinze anos trabalhando nos campos e fábricas do país, muitos em jornadas de até 12 horas (JEFFREYS-JONES, 1996, p. 217).

Tal contingente de trabalhadores era alojado em residências precárias e bairros com condições sanitárias impróprias. Desse modo, o alcoolismo, a delinquência, a prostituição ou a criminalidade em geral só faziam aumentar em meio dos novos cidadãos norte-americanos, iludidos pelas irreais promessas de consumo sem limites e decepcionados pelo destino que não afiançava qualquer expectativa de inserção social. Este quadro resume o impacto desproporcional causado à época pela industrialização. De um lado, o crescimento econômico do país emoldurou a formação de grandes monopólios e batizou fortunas familiares célebres pelo século XX afora; de outro, lançou uma massa urbana à periferia das possibilidades.

Muitos dos cidadãos não se encontravam plenamente incluídos na sociedade de consumo que se queria edificar. O fim do século XIX antes seduzia pelas ofertas imaginadas pelo esforço industrial do que efetivamente conduzia para a integração econômica. É certo que a sedução mercadológica do consumo de massa já se sinalizava no horizonte, mas para efeitos imediatos a passagem do século guardava doses de desespero àqueles que viviam marginalizados pelo processo produtivo.

Pode-se assinalar que a formação de monopólios ou oligopólios nos Estados Unidos respondeu, em algum grau, pelo insucesso na distribuição de benefícios sociais. As fusões procuravam aprimorar a capacidade de competição das firmas, seja pela aglutinação administrativa seja pela reunião de ativos financeiros, processo que, iniciado no mercado de ações, acelerou-se entre os anos 1880 e 1905 (ROBERTSON, 1967, p. 424). Segundo Sellers, May & Mc'Millen, de 1888 a 1905 as grandes corporações, fruto em grande medida das fusões do período, representavam 40% do capital industrial total do país, formando 328 conglomerados produtivos (1990, p. 219). A concentração dos processos administrativos de grandes segmentos produtivos consolidou estratégias mais eficazes no controle da mão-de-obra. Em muitos casos, nas negociações conduzidas com o grande capital, os trabalhadores não conseguiram articular-se de modo eficiente e ficaram em posição desvantajosa para a conquista de benefícios sociais.

O que se via era a transição de uma América em que o empreendedorismo aventureiro estava sendo substituído pelo grande negócio. Não obstante, as promessas do republicanismo, que contaminaram a sociedade civil do país no processo de independência e perduraram nas primeiras décadas dos 1800, somadas ao crescimento econômico da segunda metade do século, não estavam se cumprindo (NEVINS & COMMAGER, 1996, p. 336). Os antigos proprietários-gerentes cederam espaço para os administradores profissionais, contratados pelas grandes corporações para maximizar as possibilidades de lucro. Se antes as preocupações com os negócios e com o destino dos trabalhadores estreitavam as relações sociais entre patrões e empregados, com a administração formal os laços de identidade com a classe trabalhadora corroíam-se rapidamente (ROBERTSON, 1967, p. 457). Para se opor à organização do capital os trabalhadores se articularam em movimentos de grande impacto, não sem o acentuado contorno socialista próprio da segunda metade do XIX. Distúrbios frequentes nos grandes centros urbanos, com greves atingindo setores tão distintos como o transporte ferroviário e a produção têxtil, coroaram uma bem-sucedida transição das sublevações esporádicas do movimento trabalhista para o estágio da organização sindical ou partidária⁴.

O desinteresse dos financistas pelo destino dos trabalhadores pode ser compreendido no contexto dos monopólios e trustes, praticados sem muito pudor e completamente avessos às demandas sociais — organizadas ou não pela via partidária ou pela sindical. A aventura financeira e especulativa virou coisa corriqueira nas mãos dos chamados *robber barons*; o crescimento sem precedentes levou a burguesia americana ao topo da acumulação e do desperdício. O reflexo imediato desse êxito econômico foi “certo afrouxamento dos liames” que prendiam essa burguesia triunfante aos “valores puritanos que haviam sido anteriormente tão úteis para a acumulação do capital” (HOBSBAWM, 1988, p. 238).

As interpretações dos que viveram esse universo de rápidas transformações são variadas. Para ficarmos num dos autores clássicos do período, vale ao menos lembrar de passagem as conjecturas do

⁴ *National Labor Union, Workingmen’s Party*, depois *Socialist Labor Party, Knights of Labor, American Federation of Labor*, entre outros, constituem nomes históricos da organização formal do trabalhismo norte-americano, responsáveis por dar evidência aos legítimos apelos de setores sociais desprivilegiados numa época de sucesso econômico (JEFFREYS-JONES, 1996, p. 227-33).

economista e sociólogo norte-americano Thorstein Veblen (1857-1929), contemporâneo dessas mudanças, o qual dedicou especial atenção ao movimento das forças econômicas e seus protagonistas. Veblen defendeu que os valores ressaltados pela moral burguesa daquele contexto estavam atados de maneira intrínseca ao que ele definiu como hábitos predatórios, materializados no consumo exibicionista, no ócio ou na valorização do *status* social, por exemplo. Alguns desses elementos compõem os aspectos cruciais de suas observações, pois são modos institucionalizados que sustentam um tipo de conduta social em que a distinção pela evidência corrobora determinadas situações de poder (1965, p. 41).

Seu pensamento constituiu-se, em muitos sentidos, numa tentativa de desmistificar o crescimento econômico, os personagens do grande capital ou seus procedimentos, compondo um histórico que permitisse a compreensão de suas táticas de sobrevivência por meio do consumo superlativo. Não por outra razão Veblen debruçou-se sobre o comportamento pecuniário ou o chamado instinto predatório, cuja essência pouco tinha a ver com a arquitetura de uma era industrial, com o empreendedorismo cheio de façanhas virtuosas ou com o bem comum. “A sublimação do capital comercial que se deu em tempos recentes resulta em graves consequências tanto para os donos de propriedades quanto para a exploração da indústria”, sentenciou o autor, apontando para os homens de negócios que se distanciavam cada vez mais do universo produtivo (VEBLEN, 1932, p. 174).

Classe ociosa, proprietários ausentes, interesses investidos, capitães das finanças - são expressões largamente evocadas no contexto da época e utilizadas pelo economista-sociólogo, preocupado tanto em apresentar uma articulação teórica crítica ao capitalismo das aventuras financeiras quanto em anunciar o seu contraponto. Em meio ao seu pessimismo característico, Veblen imaginou a necessidade de um poder produtivo pautado por rotinas de colaboração e cooperação que pudessem se realinhar com a institucionalização de novas práticas sociais: poder controlado, segundo ele, por técnicos, engenheiros e cientistas que, dotados do instinto da produção, viabilizassem o aumento da oferta de bens industriais, a reorganização dos interesses da sociedade e o atendimento das demandas sociais (VEBLEN, 1989, p. 33 e 188-90).

É claro que, para um teórico tão lúcido quanto Veblen, as exigências do grande capital eram conhecidas demais, a ponto de o autor jamais propor qualquer alternativa prática com destino a um novo mundo ou que redimisse a humanidade das situações de opressão. Como Veblen,

toda aquela geração de intelectuais sentiu que o avanço industrial da época transformara os EUA em um novo poder internacional. O isolacionismo relativo, corolário da Doutrina Monroe, que por décadas interessou-se apenas pelo destino das demais porções do continente americano, foi abandonado diante das novas iniciativas do capitalismo norte-americano e das extraordinárias possibilidades da ocasião. As condições mercadológicas dos anos 1900 em diante levaram de arrasto a nação para novas relações diplomáticas, lançando o país no jogo político das potências europeias, cujo resultado mais nefasto foi, de longe, a Primeira Guerra Mundial. Como vimos, os EUA nela entraram já contando com um formidável parque industrial consolidado; e quando a guerra terminou, foram os norte-americanos os que colheram os melhores frutos e puderam contemplar, com larga vantagem, o começo de um novo ciclo de acumulação que se anunciava.

REFERÊNCIAS

BURCHELL, Robert A. La emigración a América en los siglos XIX y XX. In: ADAMS, Willi P. (Org.). *Los Estados Unidos de América*. Madri: Siglo XXI, 1996.

DEGLER, Carl N. *Out o our past: the forces that shaped modern America*. New York: Harper, 1970.

GALBRAITH, John Kenneth. *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. Trad. Carlos A. Malferrari. São Paulo: Pioneira: Ed. da USP, 1989.

GRIFFEN, Clyde. O *Ethos* progressista. In: COBEN, Stanley; RATNER, Lorman. *O desenvolvimento da cultura Norte-Americana*. Trad. Elcio Gomes. Rio de Janeiro: Editora Anima, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Trad. Luciana Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A era dos impérios (1875-1914)*. Trad. Sieni M. Campos, Yolanda S. Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JEFFREYS-JONES, Rhodri. Las consecuencias sociales de la industrialización: el imperialismo y la primera guerra mundial, 1890-1920. In: ADAMS, Willi P. (Org.). *Los Estados Unidos de América*. Madri: Siglo XXI, 1996.

- KILLICK, John R. La revolución industrial en los Estados Unidos. In: ADAMS, Willi P. (Org.). *Los Estados Unidos de América*. Madri: Siglo XXI, 1996.
- NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry S. *Breve historia de los Estados Unidos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.
- RÉMOND, René. *História dos Estados Unidos*. Trad. Marilda M. Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ROBERTSON, Ross M. *História da economia americana*. Trad. J. L. Mello. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- SELLERS, Charles. *The market revolution: Jacksonian America (1815-1860)*. Oxford: Oxiford University Press, 1994.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry; MC'MILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- VEBLEN, Thorstein Bunde. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.
- _____. *The theory of business enterprise*. New York: Charles Scribner's Sons, 1932.
- _____. *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.